



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

à CLJR, COFTC,
CUMASP.

em 22/2/21

Rejeitado em
26/04/2021

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º 16/2021

Dispõe sobre a proibição de empresas que prestem serviços de transporte coletivo no município de Ubá exigirem dupla função aos motoristas como condutores e cobradores.

A Câmara Municipal de Ubá decreta:

Art. 1º. É proibido às empresas concessionárias de serviços de transporte coletivo em Ubá incumbir aos motoristas a atribuição de condução do veículo acrescida à função de cobrança de passagens.

Art. 2º. No caso de descumprimento da lei, caberá ao poder concedente, mediante seu órgão competente, fiscalizar e aplicar as seguintes penalidades às concessionárias:

I – advertência escrita na primeira notificação, com prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação de defesa por parte da empresa infratora;

II - multa de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por situação de reincidência, após decorrido o prazo previsto no item anterior ou indeferido o respectivo recurso;

III - diante da continuidade do descumprimento desta lei e após caso de reincidência com aplicação de multa transitada em julgado, fica autorizada a Prefeitura Municipal de Ubá a rescindir o contrato com a empresa infratora.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor após decorridos 60 dias da data de sua publicação.

Plenário “Vereador Lincoln Rodrigues Costa”, da Câmara Municipal de Ubá, aos 22 dias de fevereiro de 2021.


VEREADORA JANE CRISTINA LACERDA PINTO


VEREADOR JOSE DAMATO NETO


VEREADOR CELIO LOPES DOS SANTOS


VEREADOR JOSE CARLOS REIS PEREIRA



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICAÇÃO

Inicialmente, é preciso destacar que o projeto não dispõe sobre organização e atividades inerentes do Poder Executivo, bem como não cria serviços, atribuições extras ou aumento de despesas. Esta proposição pretende, dentro da reserva de iniciativa parlamentar, proibir a dupla função de motoristas e cobradores nos ônibus no município de Ubá.

É sabido pelos munícipes que, no ano de 2015, foi proibida a dupla função por meio da Lei nº 4.279, de origem Parlamentar. O Prefeito entrou na Justiça para anular os efeitos dessa Lei, alegando vício de iniciativa, contudo, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais entendeu que não se pode fazer uma interpretação restritiva da reserva de iniciativa, sob pena de resultar no esvaziamento da atividade legislativa autônoma no âmbito do Poder Legislativo. Curiosamente, entretanto, após um ano da promulgação da norma que proibia a dupla função e com a derrota no TJMG, o mesmo vereador entrou com um projeto que revogou a Lei em exercício.

Acerca da constitucionalidade da iniciativa do tema abordado, destacamos a ementa do julgado do TJMG da Lei 4.279/2015:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI MUNICIPAL - ILEGITIMIDADE ATIVA - INOCORRÊNCIA - INICIATIVA PRIVATIVA DO PROCESSO LEGISLATIVO - EXCEÇÃO - REGULAMENTAÇÃO DE TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL - AUSÊNCIA DE SUSBUÇÃO À EXCEÇÃO CONSTITUCIONAL. A entidade sindical com base territorial no Estado de Minas Gerais, com a incumbência de representar a categoria das empresas de transportes de passageiros, tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade de lei referente ao transporte coletivo de passageiros. Devido a sua natureza excepcional, são taxativas as hipóteses de iniciativa privativa do Poder Executivo para a instauração do processo legislativo, não sendo



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

enquadrada em tais exceções lei que versa acerca de transporte coletivo municipal. V.V.: Se a lei de iniciativa do Poder Legislativo, trata, a princípio, de matéria de competência privativa do Poder Executivo, configura-se a aparência do bom direito acerca da inconstitucionalidade da norma. O perigo da demora se evidencia pelo fato de a lei impugnada estabelecer multa para as empresas que não cumprirem a determinação nela contida. Presentes os requisitos legais, impõe-se o deferimento da medida cautelar. AÇÃO DIRETA INCONST. Nº 1.0000.15.052595-4/000 - COMARCA DE - REQUERENTE (S): FEDERACAO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO ESTADO DE MINAS - REQUERIDO (A)(S): PRESID. CÂMARA MUN. UBA, PREFEITO DE UBÁ.

Com o objetivo de permitir melhores condições aos usuários do sistema de transporte de Ubá e, igualmente, aos motoristas de ônibus, apresentamos este projeto e contamos com apoio dos edis desta Casa para a sua devida aprovação.